

Floresta Atlântica - SGFII, S.A.  
Rua Abranches Ferrão, 10, 7ºG, 1600-001 Lisboa  
N.º de tel. +351 210 937 948  
Email [certificacao@floresta-atlantica.pt](mailto:certificacao@floresta-atlantica.pt)  
[www.floresta-atlantica.pt](http://www.floresta-atlantica.pt)



The mark of  
responsible forestry

# RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

MAIO 2020 A MAIO 2021

*Monitorização das áreas florestais e dos impactos da gestão florestal sobre os ecossistemas e as comunidades locais*

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## ÍNDICE

### Conteúdo

1. ENQUADRAMENTO .....	2
1.1 CONSTITUIÇÃO .....	2
1.2 CERTIFICADO.....	2
1.3 ÁREA ADERENTE.....	2
1.4 POLÍTICA.....	4
2. OBJETIVOS DE GESTÃO E METAS VERIFICÁVEIS/MENSURÁVEIS.....	5
3. MONITORIZAÇÃO .....	6
3.1 ATIVIDADES DE SILVICULTURA DESENVOLVIDAS .....	7
3.2 ATIVIDADES DE REGENERAÇÃO DESENVOLVIDAS.....	7
3.3 IMPACTE AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	7
3.4 IMPACTES ADVERSOS ASSOCIADOS A ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS .....	10
3.5 IMPACTES ADVERSOS ASSOCIADOS A PRAGAS E DOENÇAS .....	11
3.6 IMPACTES ADVERSOS RESULTANTES DE FERTILIZANTES .....	12
3.7 IMPACTES ADVERSOS RESULTANTES DE PESTICIDAS.....	12
3.8. IMPACTES CATÁSTROFES NATURAIS .....	14
3.9 EFICÁCIA DAS AÇÕES PARA MANTER E/OU MELHORAR VALORES NATURAIS E ALTOS VALORES DE CONSERVAÇÃO.....	15
3.10 IMPACTE SOCIAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	17
3.11 FORMAÇÃO DE TRABALHADORES.....	17
3.12 ACIDENTES DE TRABALHO .....	17
3.13 ACTIVIDADES ILEGAIS.....	18
3.14 PRODUÇÃO FLORESTAL .....	18

## 1. ENQUADRAMENTO

### 1.1 CONSTITUIÇÃO

Com o intuito de promover a gestão florestal responsável e a certificação tanto da gestão florestal como dos produtos florestais foi criado em Maio de 2013 o grupo de certificação denominado FA Certification Group gerido pela Floresta Atlântica – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. Em Julho de 2013, o Primeiro Fundo Floresta Atlântica aderiu ao esquema de certificação do FA Certification Group, demonstrando capacidade de gestão florestal de acordo com os requisitos do esquema de certificação do grupo e com os princípios e critérios do FSC® (Forest Stewardship Council®). De acordo com o FSC, a certificação é uma garantia escrita dada por uma entidade independente que comprova a conformidade de um produto com as exigências definidas segundo normas ou especificações técnicas, e que tem por objetivo promover uma gestão responsável, salvaguardando as funções económicas, ambientais e sociais das áreas florestais.

### 1.2 CERTIFICADO

O FA Certification Group foi auditado em Julho de 2013, com emissão do certificado FSC em 19 de Setembro de 2013 (SA-FM/COC - 004184). O relatório de auditoria pode ser consultado em <http://info.fsc.org>.

### 1.3 ÁREA ADERENTE

Poderão aderir ao grupo de certificação quaisquer entidades cujas áreas se encontrem sob gestão da Floresta Atlântica SGFII, S.A e demonstrem capacidade de gestão florestal de acordo com os requisitos do esquema de certificação do grupo e com os princípios e critérios do FSC.

O **Primeiro Fundo Floresta Atlântica** (PFFA) aderiu ao *FA Certification Group* em Julho de 2013 com uma área total de **3.701 ha** localizados nos concelhos de Portalegre, Marvão, Fundão, Covilhã, Guarda, Manteigas, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Vimioso, Penafiel, Mogadouro, Bragança, Sabrosa e Vinhais. Em Janeiro de 2015 aderiram ao grupo novas áreas dos NIF de Fundão e Unhais num total de **659 ha**. Em Dezembro de 2016 foram vendidos **48 ha** no NIF de Caçarelhos e em Novembro de 2016 terminou contrato de arrendamento florestal em Candedo (NIF de Vinhais). Em Março de 2018 houve rescisão de contrato em **138 ha** em Lagares devido aos incêndios ocorridos em 2017 e terminou contrato de arrendamento florestal em Sabrosa (**67 ha**). Em Julho de 2019 a UG Chaboucos foi vendida (saída de **109 ha**) e em Fevereiro de 2020 terminou o contrato de arrendamento em parte do NIF de Alegrete com saída de **92 ha**. Atualmente a área aderente do Primeiro Fundo Floresta Atlântica totaliza **3.719 ha**.

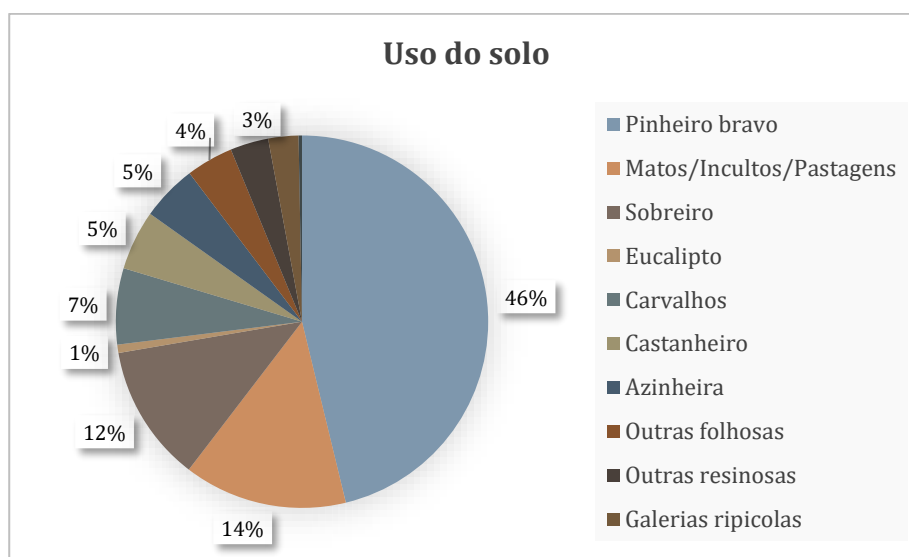
O **Iberian Forest Fund** (IFF), detentor de direitos de superfície de duas propriedades rústicas localizadas nos concelhos de Portalegre e Bragança, aderiu ao esquema de certificação do *FA Certification Group* a 11 de Junho de 2019, com uma área total de 887 ha. A 30/06/2020 e 30/06/2021 saíram do certificado as áreas de eucalipto por terem sido arrendadas a empresa de celulose, com um total de 266 ha. Assim sendo a atual área deste aderente é de **621 ha**.

A área total de adesão ao *FA Certification Group* é de **4.341 hectares**.

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

ADERENTE	NIF	HA	CONCELHO	PRINCIPAIS OCUPAÇÕES
PFFA	Alegrete	510,12	Portalegre	Pinheiro bravo
PFFA	Caçarelhos	109,60	Vimioso	Pinheiro bravo, Lameiros, Cupressus
PFFA	Casegas	150,03	Covilhã	Pinheiro bravo
PFFA	Castelo Rodrigo	186,60	F. de Castelo Rodrigo	Azinheira
PFFA	Famalicão	266,16	Guarda	Pinheiro bravo, Pseudotsuga, Carvalhos
PFFA	Fundão	379,52	Fundão	Carvalho negral, Pinheiro bravo, Nogueira, Carvalho americano, Eucalipto
PFFA	Lagares	34,95	Penafiel	Pinheiro bravo
PFFA	Marvão	242,57	Marvão	Pinheiro bravo, Sobreiro
PFFA	Mogadouro	239,98	Mogadouro	Carvalho negral, Azinheira, Nogueira
PFFA	Pinhel	291,97	Pinhel	Pinheiro bravo, Sobreiro, Cupressus
PFFA	Rio Frio	140,75	Bragança	Castanheiro, Pinheiro bravo
PFFA	Sabrosa	26,55	Sabrosa	Pinheiro bravo
PFFA	Unhais	418,52	Covilhã	Pinheiro bravo, Carvalho, Nogueira, Cerejeira
PFFA	Vinhais	922,74	Vinhais	Pinheiro bravo, Castanheiro, Sobreiro, Medronheiro
IFF	Vale Moura	442,62	Portalegre, Arroches	Pinheiro bravo, Freixo, Nogueira, Cupressus, Sobreiro
IFF	Outeiro	178,63	Bragança	Pinheiro bravo, Cupressus

O Pinhal bravo é a floresta dominante com 46% da área total (mais de 2.000 ha). O sobreiro, os carvalhos, o castanheiro, a azinheira, a noqueira, o carvalho americano e o carvalho alvarinho são outras espécies incluídas no certificado FSC.



# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 1.4 POLÍTICA

O *FA Certification Group* promove a gestão responsável das florestas dos seus aderentes, na procura de um balanço equilibrado entre os interesses económicos, ambientais e sociais das suas atividades e na utilização sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida atual das populações e das gerações futuras.

A gestão das florestas do *FA Certification Group* rege-se por princípios económicos, tendo por objetivo o lucro, respeitando as restrições ambientais e sociais, por forma a tornar a atividade florestal atrativa para novos investimentos, aumentando o bem-estar das comunidades em que se insere.

Procuramos garantir a construção e manutenção de um mosaico florestal capaz de assegurar a sua multifuncionalidade, manter as funções ecológicas e a sua integridade, promover a variabilidade estrutural da floresta e conservar os seus recursos naturais solo, água e biodiversidade.

Empenhamo-nos em minimizar os impactos das nossas atividades sobre o ambiente e recursos naturais que gerimos numa perspetiva de melhoria contínua a longo prazo.

Contribuímos para o desenvolvimento social da nossa comunidade, através de uma vizinhança responsável, promovendo o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à nossa atividade e dos Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council.

Rejeita ativamente todas as formas de corrupção, não devendo os seus colaboradores ou terceiros agindo em seu nome oferecer, solicitar, receber ou fazer pagamentos ou benefícios que são ilegais, antiéticos ou representar uma quebra de confiança, ainda que só de forma tentada.

Empenha-se em manter um ambiente de trabalho que seja livre de discriminação, intimidação e assédio ilegal. O assédio e discriminação com base no sexo, na raça, na etnia, na nacionalidade, na parentalidade, no estado civil, na idade, na deficiência, na religião, na orientação sexual, na identidade ou expressão de género ou em qualquer outra característica legalmente protegida não será tolerado e é proibido ao abrigo desta Política.

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 2. OBJETIVOS DE GESTÃO E METAS VERIFICÁVEIS/MENSURÁVEIS

No PGF são definidos objetivos de gestão (alinhados com o PROF relevante) para cada tipo de povoamento florestal e comunidade (natural ou semi-natural), bem como as intervenções correspondentes. Adicionalmente, a estes objetivos e metas de cumprimento a longo prazo, foram definidos para as UG pertencentes ao certificado de gestão florestal alguns objetivos e metas de gestão de cariz mais operacional e verificáveis/mensuráveis nos ciclos do certificado. Estes objetivos apresentam-se no quadro seguinte:

OBJETIVO DE GESTÃO	METAS DE GESTÃO VERIFICÁVEIS/MENSURÁVEIS	FREQUENCIA DE MONITORIZAÇÃO
<b>Reduzir a aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Promover boas práticas para minimizar os riscos associados à saúde humana e ao meio ambiente ao usar pesticidas químicos – Garantir zero acidentes de trabalho e reduzidos impactes ambientais resultantes da aplicação de produtos fitofarmacêuticos;</li><li>Reduzir o volume e o número de pesticidas químicos em uso (nos primeiros 5 anos do certificado garantir um volume anual inferior a 1000 litros de produtos químicos e nos anos seguintes um volume inferior a 500 litros);</li><li>Eliminar o uso dos pesticidas químicos mais perigosos.</li></ul> <p>O objetivo a longo prazo da política é eliminar o uso de pesticidas químicos nas áreas certificadas da FA Certification Group, a não ser em situações em que não existe outra alternativa (ex. erradicação de invasoras).</p>	Anual
<b>Defender e prevenir as áreas florestais sob gestão das ameaças que constituem as pragas, as doenças e as invasoras lenhosas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Garantir a monitorização anual das invasoras exóticas e efetuar ações de controlo sempre que o grau de invasão seja elevado, de forma a manter um número de focos observados inferior a 100;</li><li>Garantir a monitorização anual das pragas e doenças e efetuar ações de controlo sempre que estas se revelem problemáticas, de forma a manter um número de observações inferior a 50.</li></ul>	Anual
<b>Garantir a defesa da floresta contra incêndios</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Serem realizadas as FGC previstas em PGF com regularidade (pelo menos 1 vez no ciclo do certificado).</li></ul>	De 5 em 5 anos

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 3. MONITORIZAÇÃO

Um dos requisitos da certificação FSC é a monitorização das áreas florestais e dos impactos ambientais, económicos e sociais das suas atividades de gestão, nomeadamente:

### IMPACTES AMBIENTAIS

- i. Os resultados das atividades de regeneração
- ii. Impactes adversos associados a espécies exóticas invasoras
- iii. Os resultados das atividades de silvicultura
- iv. Impactes adversos resultantes de fertilizantes
- v. Impactes adversos resultantes de pesticidas
- vi. Impactes de catástrofes naturais
- vii. Impactes em espécies raras e ameaçadas, habitats, ecossistemas, valores paisagísticos, água e solo
- viii. Impactes da exploração e extração de produtos florestais lenhosos nos recursos não lenhosos, valores ambientais, resíduos florestais com valor comercial e outros produtos e serviços
- ix. Encaminhamento adequado de resíduos
- x. Eficácia das ações implementadas para prevenir, mitigar e reparar os impactos negativos nos valores ambientais
- xi. Espécies raras e ameaçadas e a eficácia das ações implementadas para as proteger, bem como aos seus habitats
- xii. Habitats de ocorrência natural e a eficácia das ações implementadas para os conservar e/ou restaurar
- xiii. Cursos e massas de água, qualidade e quantidade de água e a eficácia das ações e implementadas para as conservar ou restaurar
- xiv. Altos Valores de Conservação e a eficácia das ações implementadas para os manter e/ou melhorar

### IMPACTES ECONÓMICOS

- xv. Produtividade e produção florestal (produções reais comparadas com as estimadas), incluindo dos recursos cinegéticos
- xvi. Rendimentos e custos
- xvii. A condição dos recursos florestais (pragas e doenças)
- xviii. O sucesso das atividades operacionais desenvolvidas.

### IMPACTES SOCIAIS

- xix. Cumprimento da legislação aplicável e convenções internacionais ratificadas (incluindo requisitos legais laborais e de saúde e segurança ocupacional)
- xx. Programas e atividades relacionados com a Saúde e Segurança no Trabalho
- xxi. Formação de trabalhadores
- xxii. A proteção de locais de especial importância em termos culturais, ecológicos, económicos, religiosos ou espirituais para as comunidades locais, incluindo os Altos Valores de Conservação
- xxiii. Impactos sociais significativos, incluindo os resultantes da exploração cinegética e outras atividades relacionadas
- xxiv. Acidentes de trabalho (taxa de incidência de acidentes de trabalho)

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 3.1 ATIVIDADES DE SILVICULTURA DESENVOLVIDAS

De Maio de 2020 a Maio de 2021 foram executadas as seguintes operações florestais, conforme programação prevista no Plano de Gestão Florestal (a cinzento estão assinaladas as operações realizadas nas áreas de conservação e/ou proteção):

OPERAÇÃO	NIF
Aproveitamento de regeneração natural	Alegrete, Marvão
Desramação	Alegrete, Marvão
Corte final - Exploração Florestal	Vale Mouro
Desbaste - Exploração Florestal	Outeiro, Pinhel
Manutenção de aceiros - DFCI	Vale Mouro
Extração de cortiça	Fundão

## 3.2 ATIVIDADES DE REGENERAÇÃO DESENVOLVIDAS

As atividades de regeneração implementadas foram as seguintes:

- Regeneração natural das plantações de eucalipto em Vale Mouro, suficiente para repor o coberto vegetal e a densidade que existia anteriormente à exploração – 120 hectares;

## 3.3 IMPACTE AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As operações florestais podem provocar Impactes no Ambiente a 10 grandes níveis:

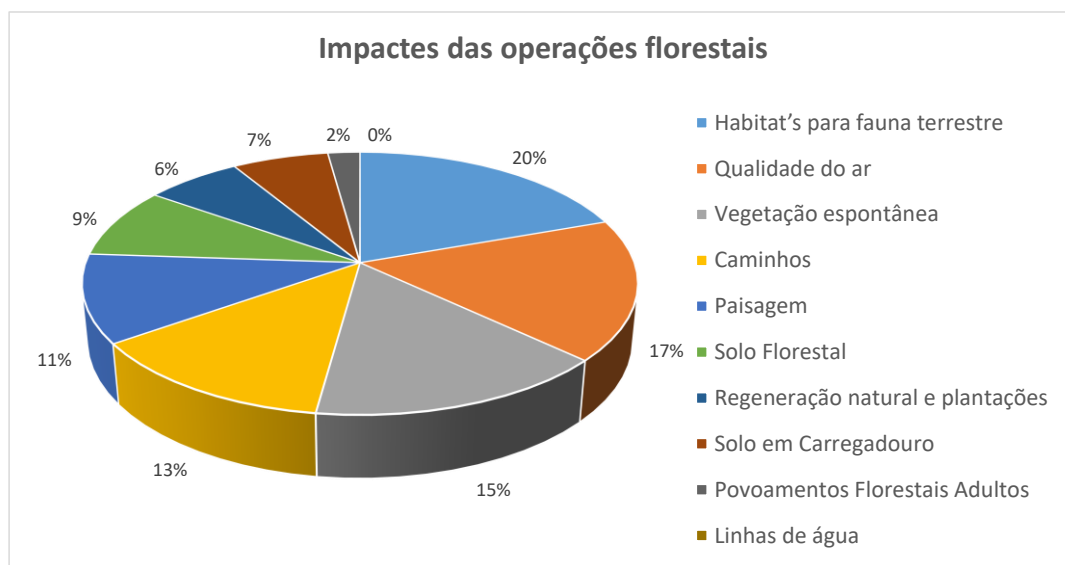
- **Povoamentos florestais adultos** – Alteração do estado vegetativo e presença de danos ou feridas provocadas pelas operações florestais nas árvores adultas a manter no povoamento.
- **Regeneração natural e plantações** – Alteração na abundância e estado vegetativo das jovens plantas que existam na área intervencionada;
- **Vegetação espontânea** – Alterações na abundância e estado vegetativo da vegetação herbácea e arbustiva existente nas áreas intervencionadas;
- **Solo Florestal** – Observação de sinais de erosão e/ou compactação do solo no sob coberto;
- **Solo em Carregadouro** – Observação de sinais de erosão e/ou compactação no carregadouro para onde será transportado e armazenado o produto explorado;
- **Caminhos** - Observação de sinais de erosão e/ou compactação nos caminhos que servirão de passagem para a realização das operações; Alterações na transitabilidade dos caminhos;
- **Linhas de água** – Alterações na abundância de peixes, caudal dos rios, existência de resíduos à superfície, proteção das margens dos rios;
- **Qualidade do ar** – Libertação de maus cheiros, poeiras ou fumos, ruído, poluição, redução da absorção ou libertação de CO<sub>2</sub>.
- **Habitat's para fauna terrestre** – Eliminação ou redução de abrigo, esconderijo e alimento para aves, mamíferos e anfíbios.
- **Paisagem** - Alteração do aspeto da paisagem ao olho humano. (Definição de paisagem: Extensão do território que se abrange com um só lance de vista, o impacte de uma operação na paisagem é tanto maior quanto mais exposto estiver um local.).



# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

Para todas as operações realizadas existe um registo dos danos provocados em quatro classes (sem danos, danos reduzidos, danos médios e danos elevados), tendo o impacto total sido maioritariamente reduzido em todas as operações.

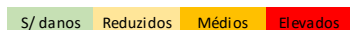
Em termos médios os parâmetros sobre os quais se registaram maiores impactes absolutos foram os habitats para a fauna terrestre, a qualidade do ar, a vegetação espontânea e os caminhos florestais.



De uma forma geral a operação com maior impacte no ambiente foi a exploração florestal, nomeadamente no que diz respeito aos danos sobre os caminhos, a vegetação espontânea, sinais de erosão e/ou compactação do solo, libertação de poeiras, fumos, ruído e poluição e perturbação dos habitats para a fauna terrestre.

Operação	Povoamentos Florestais Adultos	Regeneração natural e plantações	Vegetação espontânea	Solo Florestal	Solo em Carregadouro	Caminhos	Linhas de água	Qualidade do ar	Habitats para fauna terrestre	Paisagem
Aproveitamento de regeneração natural										
Desramação										
Corte final - Exploração florestal										
Desbaste - Exploração florestal										
Extração de cortiça										
Manutenção de aceiros - DFCI										

Tipo de danos



Durante o período em análise, os principais impactes verificados tanto para as espécies de fauna terrestre como para os seus habitats foram causados principalmente pelas atividades de exploração florestal e destruição de sobrantes, nomeadamente:

- Incómodo causado pelo ruído resultante da atividade de exploração florestal;
- Libertação de poeiras e fumos;
- Redução do habitat pela eliminação do estrato arbóreo;
- Redução ou eliminação do alimento e/ou esconderijo.

Para reduzir estes impactes na fauna e habitats foram implementadas as seguintes medidas mitigadoras:

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

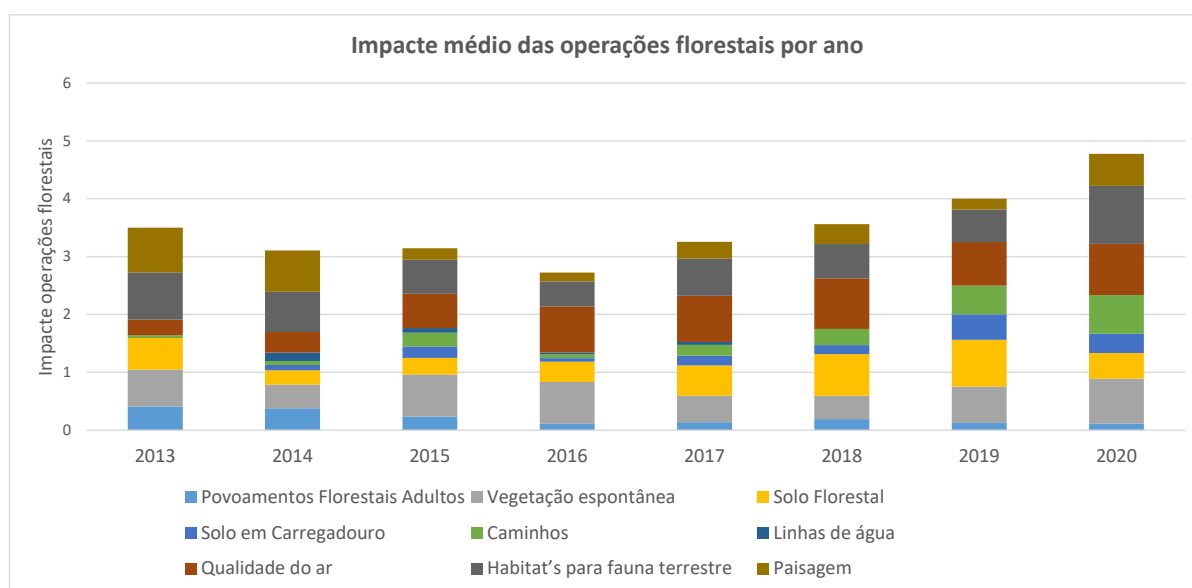
- Manutenção de árvores longevas em pé no interior dos povoamentos produtivos, principalmente exemplares de eucalipto em Vale Mouro - Existe uma forte correlação entre a idade das árvores e a formação de cavidades, que são utilizadas pela fauna bravia;
- Manutenção no interior dos povoamentos produtivos de faixas ou manchas de mato – Permite aumentar disponibilidade de espécies vegetais ao nível arbustivo que servem de suporte alimentar para os mamíferos herbívoros;
- Nos locais de nidificação identificados garantir uma zona do povoamento livre de perturbação, a fim de respeitar as necessidades de tranquilidade das aves e condicionar as intervenções nos povoamentos durante o período crítico da reprodução;
- As limpezas de mato e as desramações, podem induzir a formação de estruturas irregulares, o que favorece a diversidade faunística. Estas intervenções, ao criarem condições para abertura de clareiras nos povoamentos, apresentam um efeito semelhante à abertura natural do copado; paralelamente, disponibilizam maiores quantidades de alimento aos mamíferos herbívoros.

Relativamente às linhas de água, as atividades de silvicultura desenvolvidas durante o período em análise tiveram um reduzido impacte tanto na qualidade como na quantidade/caudal de água.

Como medidas mitigadoras para reduzir estes impactes nas linhas de água serão implementadas as seguintes:

- Nas linhas de água onde ficarem acumulados e depositados resíduos de exploração florestal com volume significativo, proceder à sua recheia para local adequado seguido de queima ou encaminhamento para destino final;
- Para todas as operações mecanizadas, incluindo a exploração florestal, fertilizações e plantações, deixar uma faixa de 10 metros paralela às linhas de água livre de intervenção.

No gráfico seguinte pode observar-se a evolução anual do impacte médio das operações florestais por ano, sendo este impacte reduzido para todos os anos monitorizados (<10).



# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 3.4 IMPACTES ADVERSOS ASSOCIADOS A ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

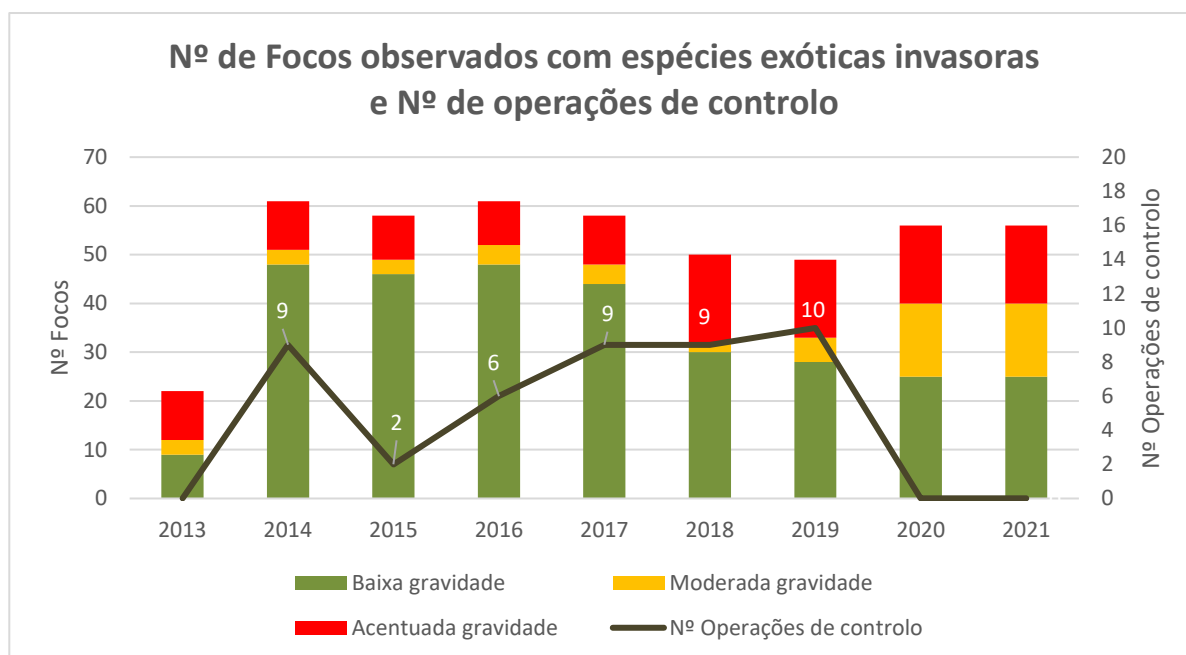
Todas as UG foram monitorizadas relativamente à presença de espécies invasoras exóticas e verificou-se a presença de 56 focos das seguintes espécies:

- Mimosa (*Acacia dealbata*) – 34 focos;
- Espanta-lobos (*Ailanthus altissima*) – 13 focos;
- Cana (*Arundo donax*) – 3 focos;
- Acácia de espigas (*Acacia longifolia*) – 3 focos;
- Acácia da Austrália (*Acacia melanoxylon*) – 2 focos;
- Figueira da Índia (*Opuntia ficus-indica*) – 1 focos

Verificou-se um aumento do número global de focos de espécies invasoras exóticas existente em toda a área sob gestão por ter aumentado significativamente a área de controlo (entrada das áreas de Vale Mouro e Outeiro). Diversas ações de controlo têm sido implementadas ao longo dos vários anos, que consistem principalmente no corte, queima e/ou aplicação de herbicida têm sido. Nalguns locais estas operações têm sido eficazes na completa eliminação da presença das invasoras, noutras situações, embora se verifique pontualmente a redução da evolução da sua área e dimensão, as medidas implementadas têm sido ineficazes.

O caso com maior gravidade encontra-se situado na UG de S. Julião no NIF de Alegrete. É por isso crucial adaptar as medidas de recuperação ao desenvolvimento das plantas invasoras que surgirem, de forma a não colocar em risco outras medidas de gestão.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do nº de focos observados nas áreas sob gestão e também o nº de operações de controlo efetuadas.



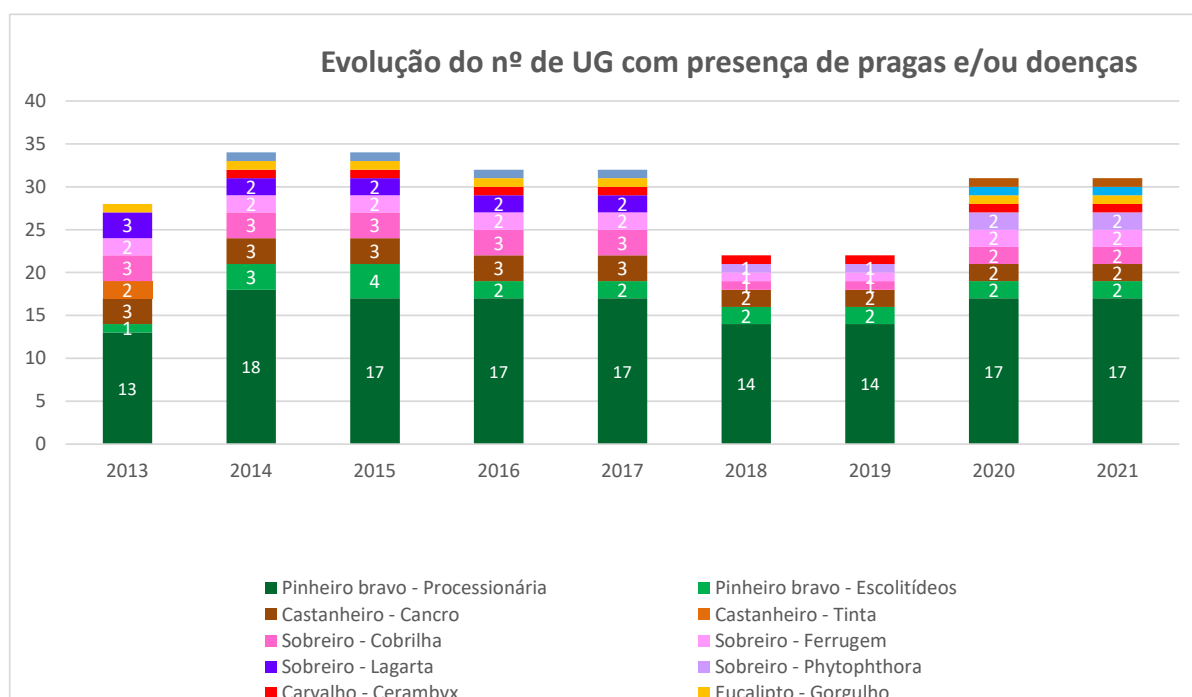
# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 3.5 IMPACTES ADVERSOS ASSOCIADOS A PRAGAS E DOENÇAS

A monitorização da ocorrência de pragas e doenças foi realizada em Fevereiro de 2021 para cada UG. Esta monitorização será realizada anualmente e ajustada aos ciclos de vida das pragas e doenças de forma a possibilitar a deteção dos sintomas e se possível a identificação do agente patogénico.

Entre os agentes identificados salientamos a processionária do Pinheiro bravo e também a presença de algumas pragas do sobreiro, nomeadamente a lagarta, a cobrilha dos ramos e a ferrugem alaranjada no entrecasco pela entrada de significativa área de sobreiro de Vale Mouro.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do nº de UG com presença de pragas e/ou doenças ao longo dos últimos 9 anos de monitorização.



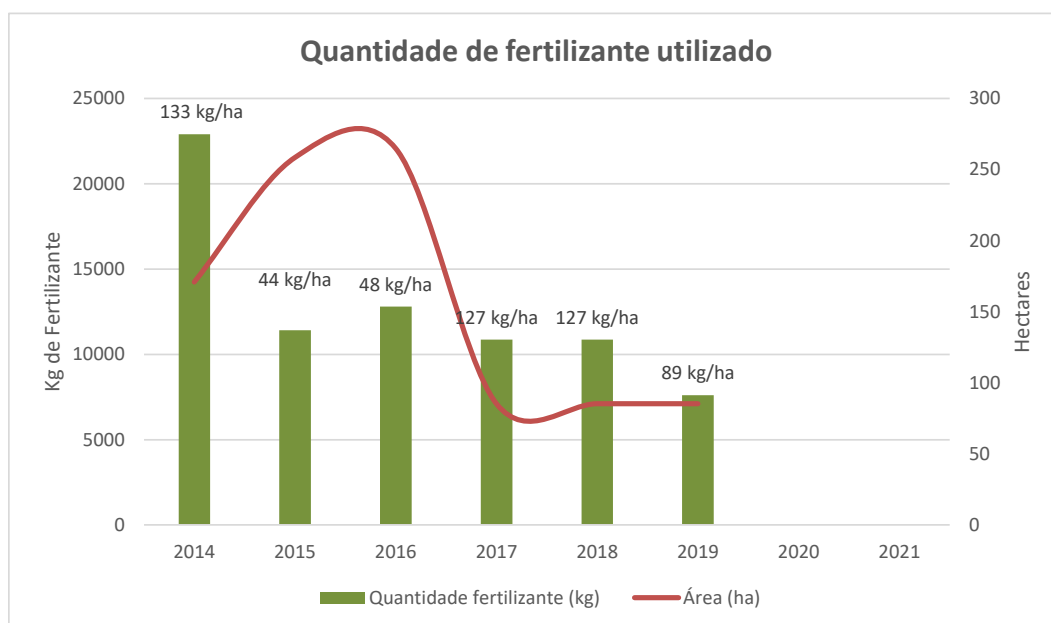
# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## 3.6 IMPACTES ADVERSOS RESULTANTES DE FERTILIZANTES

Uma fertilização adequada pode melhorar consideravelmente a capacidade produtiva do solo, proporcionando ganhos significativos de produtividade florestal. De um modo geral, a magnitude da resposta à adubação dependerá, por um lado, da fertilidade natural do solo e do seu historial de uso, e, por outro lado, da produtividade esperada.

Durante o período em análise não foram utilizados fertilizantes.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução da quantidade de fertilizante utilizado ao longo dos últimos anos de monitorização. A maior parte dos fertilizantes aplicados ao longo dos anos têm sido aplicados por fertirrigação nos pomares de nogueira de madeira de Unhais e Fundão. Desde 2014 houve uma redução da quantidade total de fertilizante utilizada nas áreas florestais, que se justifica por um lado, pelo facto dos deficits nutricionais dos solos terem sido corrigidos principalmente pela aplicação de boro e adubos fosfatados e também pelo facto de se ter suspenso temporariamente a fertirrigação nos pomares de nogueira de madeira em Mogadouro.



## 3.7 IMPACTES ADVERSOS RESULTANTES DE PESTICIDAS

Foram consultados diversos técnicos, entidades e bibliografia, sob a melhor forma de erradicar algumas invasoras exóticas, como as acácias e as canas. Tecnicamente e se considerarmos os benefícios ambientais a médio/longo prazo, a solução mais eficaz é o corte e aplicação de glifosato. O glifosato é um herbicida sistémico não seletivo (mata qualquer tipo de planta) muito utilizado para combater as plantas infestantes.

A consubstanciar esta solução temos também o "Guia prático de limpeza e gestão das linhas de água" produzido pela Universidade de Évora, que sobre a erradicação e controlo de plantas invasoras e infestantes como a acácia afirma que; "... as abordagens mecânicas além de muito exigentes em mão-de-obra e em tempo, não dão garantias de sucesso, pelo que se recorre, tal como no caso da cana, a intervenções combinadas com métodos mecânicos e químicos (glifosato)".

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

Também para a eliminação de vegetação espontânea nos pomares de noqueira de madeira se recorre a aplicação localizada de glifosato nas linhas de plantação. Uma alternativa seria a eliminação desta vegetação através de moto roçadora, sacha ou aplicação de plástico negro. No entanto estas alternativas revelam-se muito mais dispendiosas e menos eficientes uma vez que não garantem a destruição completa das plantas que continuarão assim a competir com o povoamento.

Para reduzir os impactes adversos resultantes da utilização de glifosato foram implementadas as seguintes medidas:

- Pulverizar diretamente sobre a rebentação utilizando uma campânula para evitar perdas para o solo, evitar danos sobre a vegetação ripícola a preservar e permitir a cobertura de toda a superfície foliar;
- Respeitar as regras de segurança indicadas no rótulo do produto;
- Não aplicar em dias chuvosos e ventosos;
- Utilizar doses e concentrações de glifosato de acordo com a bibliografia consultada e existente;
- Testar a redução gradual do herbicida, mas de forma a não comprometer a eficácia da operação;
- Planear as intervenções para os períodos menos críticos do ponto de vista de sobrevivência da fauna (evitar período de 1 de Março a 30 de Junho).

Em 2015 A Organização Mundial de Saúde, através da sua estrutura especializada *IARC - Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro* sediada em França, declarou o glifosato (junto com outros pesticidas organofosforados) como "carcinogéneo provável para o ser humano". Porque as decisões da IARC não são vinculativas, coube aos governos e outras organizações internacionais tomar as medidas adequadas para proteger as populações.

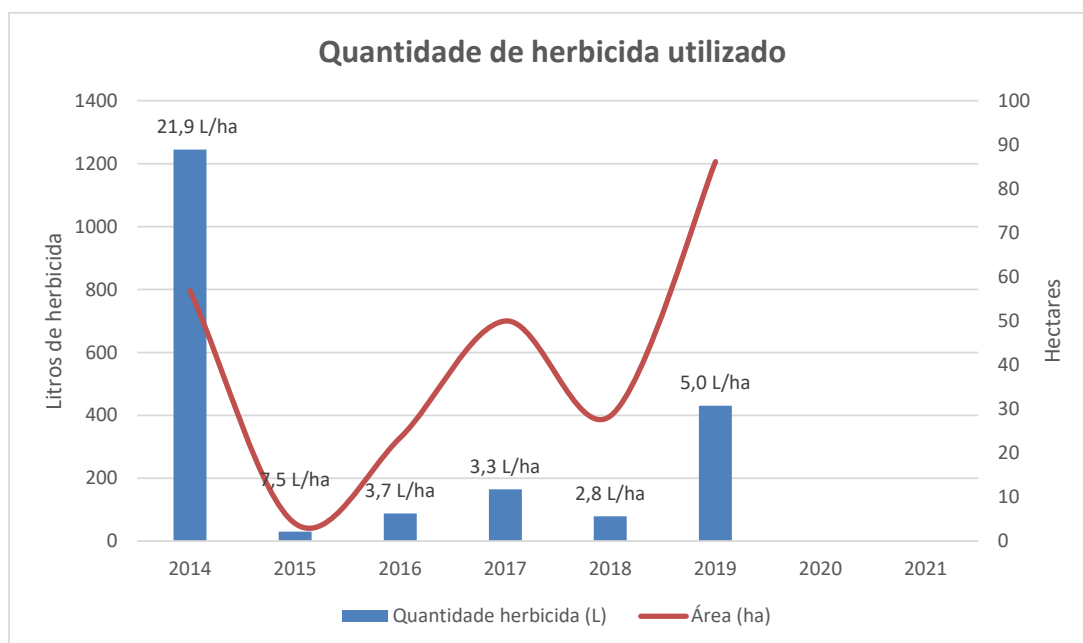
Em 2016, um grupo de cientistas assinaram um consenso que foi publicado pelo jornal *Environmental Health*, onde se concluiu que é improvável que o glifosato seja genotóxico (isto é prejudicial para o ADN) ou possa representar uma ameaça como substância cancerígena para os seres humanos.

Por agora, o glifosato não se encontra classificado como substância cancerígena nos termos do regulamento *CRE - Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias químicas* e desta forma continua a ser autorizada na União Europeia (Comissão Europeia propôs uma renovação de 15 anos).

Durante o período em análise não foram utilizados pesticidas.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução da quantidade de herbicida utilizado ao longo dos últimos anos de monitorização.

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO



## 3.8. IMPACTES CATÁSTROFES NATURAIS

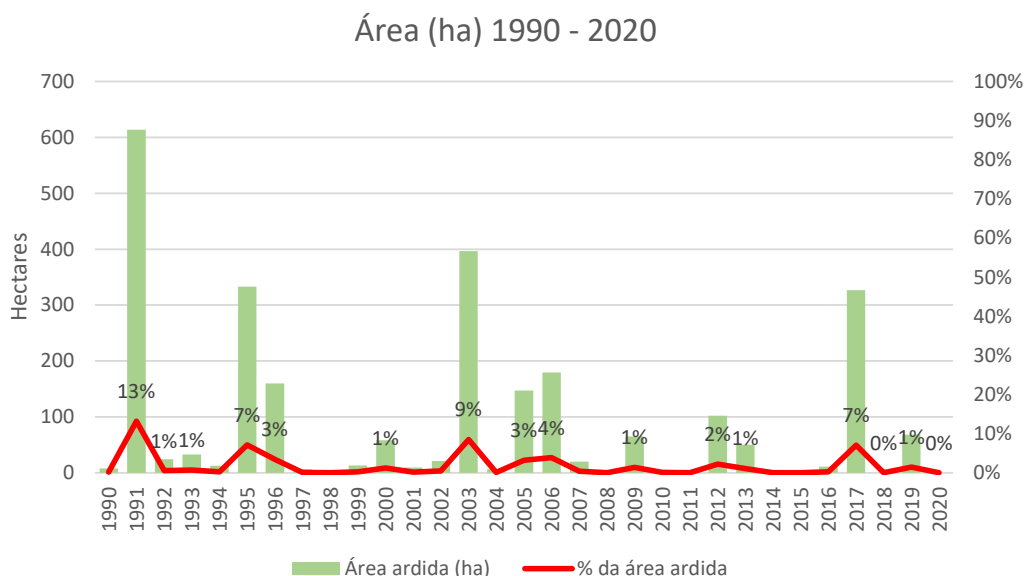
A base de dados nacional de incêndios rurais regista, no período compreendido entre 1 de janeiro e 15 de setembro de 2018, um total de 9725 incêndios rurais que resultaram em 38223 hectares de área ardida, entre povoamentos (20626 ha), matos (14979 ha) e agricultura (2618 ha).

Comparando os valores do ano de 2019 com o histórico dos 10 anos anteriores, assinala-se que se registaram menos 46% de incêndios rurais e menos 70% de área ardida relativamente à média anual do período (quadro 1). O ano de 2019 apresenta, o 2.º valor mais reduzido em número de incêndios, o 2.º valor mais reduzido de área ardida e a 1.ª vez que a redução de área ocorre em dois anos consecutivos, desde 2009.

Relativamente ao Primeiro Fundo Floresta Atlântica, em 2020-2021 não houve registo de áreas ardidas, situação francamente favorável relativamente à situação ocorrida em 2017 quando arderam mais de 300 hectares de áreas florestais e matos nos concelhos do Fundão, Covilhã, Penafiel e Sabrosa.

No gráfico seguinte encontra-se registado o histórico da área ardida no período compreendido entre 1990 e 2020.

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO



## 3.9 EFICÁCIA DAS AÇÕES PARA MANTER E/OU MELHORAR VALORES NATURAIS E ALTOS VALORES DE CONSERVAÇÃO

A monitorização das áreas de conservação visa estabelecer se estas áreas e os valores de conservação identificados estão a ser mantidos, melhorados ou em degradação. Assim, através da monitorização verifica-se se a gestão definida está a funcionar e, se não está, sinaliza-se o que deve mudar. Para a totalidade do património sob gestão foram classificadas as seguintes áreas:

- Áreas de Conservação - 1.011 ha (22% da totalidade da área sob gestão)
- Áreas de Proteção - 605 ha (13% da totalidade da área sob gestão)

Consideram-se as Florestas de Alto Valor de Conservação (FAVC) como um tipo específico de área de conservação. O conceito de FAVC é baseado na ideia de que quando uma área florestal possui um valor de carácter excecional ou de importância crítica, devem existir salvaguardas adicionais para garantir que o valor não seja degradado ou afetado negativamente pela gestão. Tendo em consideração estes aspetos foram classificados como FAVC as seguintes áreas:



# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

## MONÓPTERO DE S. GONÇALO NO NIF DE MOGADOURO



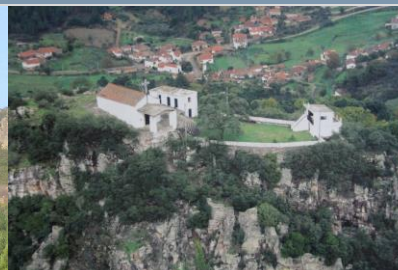
Pela natureza crítica para a identidade cultural tradicional das comunidades, delimitou-se uma zona especial de proteção (ZEP) do monóptero, proposta pela Direção Regional de Cultura do Norte

## SERRO DAS PENHAS JUNTAS NO NIF DE VINHAIS



Pelo carácter geológico particular e complexo integrado. Apresenta também uma flora e uma vegetação muito características, onde aparecem alguns endemismos

## CRISTAS ROCHOSAS DA SENHORA DA SAÚDE NO NIF DE VINHAIS



Pela afluência de peregrinos que visitam o Santuário de Nossa Senhora da Saúde, situado nas imediações das cristas rochosas

## MONTADO DE SOBRO E SOBREIRAL EM VALE MOURO



Pela sua significância territorial que relaciona a preservação das dinâmicas ecológicas com as unidades de paisagem características deste sistema biofísico

## GALERIAS RIPÍCOLAS EM VALE MOURO



Pela sua importância nas inter-relações tróficas que suportam a biodiversidade local

De uma forma geral os objetivos gerais preconizados para as áreas de conservação e proteção identificadas resumem-se nos seguintes:

1. Conservar e/ou recuperar a vegetação ripícola autóctone;
2. Conduzir os povoamentos de carvalhos em Chaboucos e Mogadouro para bosques climácicos;
3. Promover o uso tradicional dos lameiros em Caçarelhos;
4. Recuperar o montado de azinho em Castelo Rodrigo;
5. Promover a proteção e minimizar os impactes sobre as FAVC identificadas.

As áreas de conservação foram novamente monitorizadas em Maio de 2018. Foram também efetuadas algumas intervenções nestas áreas, nomeadamente:

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

- **Extração de cortiça no Fundão**

Todas as outras intervenções previstas nas galerias ripícolas e outras áreas de conservação ou proteção foram canceladas ou adiadas, por não se tratar de ações prioritárias e/ou com benefícios visíveis.

### 3.10 IMPACTE SOCIAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Encontram-se excluídas da avaliação do impacto social, as operações florestais realizadas no interior das propriedades certificadas, desde que:

- Não decorram em áreas florestais confinantes com vizinhos e/ou povoações;
- Não decorram em locais de valor cultural e/ ou arqueológico, ou na sua proximidade;
- Não impliquem transporte de produtos florestais certificados no exterior da propriedade, por caminhos públicos e/ ou na proximidade de habitações

As operações florestais levadas a cabo durante o período de análise não apresentaram risco de prejuízo ou situações incómodas para os proprietários vizinhos ou populações locais.

### 3.11 FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

Durante o período de análise foram ministradas ações de formação em frente de obra e ações de sensibilização para as seguintes empresas:

- Florestália – Trabalho com máquinas de exploração florestal; Abate de árvores com motosserra; Ação de sensibilização: Corrupção e infrações conexas, Assédio e discriminação, Convenções OIT.
- Vitor Cáceres Unipessoal, Lda – Abate de árvores com motosserra; Controlo de matos moto-manual (motorroçadora); Podas e desramações; Ação de sensibilização: Corrupção e infrações conexas, Assédio e discriminação, Convenções OIT.

### 3.12 ACIDENTES DE TRABALHO

Não se registaram acidentes de trabalho

Durante o ano de 2016, verificaram-se no sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca 207.567 acidentes de trabalho (dos quais 138 mortais) com uma taxa de incidência de 4507 (taxa de incidência dos acidentes de trabalho – (Número total de acidentes /Número total de trabalhadores) x 1000).

#### **Taxa de incidência dos acidentes de trabalho – FA Certification Group**

Nº trabalhadores próprios: 2

Nº trabalhadores subcontratados: 11

Nº total de acidentes: 0

Taxa de incidência dos acidentes de trabalho:  $(0/13) \times 1000 = 0$

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA (EE) Atividade Económica (Sector CAE Rev.3)	Total AT		AT Mortais	
	v.a.	tx. Incid.	v.a.	tx. Incid.
Total	207 567	4 507,2	138	3,0
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7892	2478,8	21	6,6
B Indústrias extrativas	869	7194,1	5	41,4
C Indústrias transformadoras	50810	6538,8	26	3,3
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	199	1085,5	0	0,0
E Capt., trat. e distrib. água; saneam., gestão de resid. e despoluição	3174	10254,7	2	6,5
F Construção	25302	8728,7	37	12,8
G Comér. por grosso e a retalho; repar. de veíc. autom. e motociclo	31504	4485,3	17	2,4
H Transportes e armazenagem	11081	5873,6	15	8,0
I Alojamento, restauração e similares	13847	4959,0	2	0,7
J Atividades de informação e de comunicação	1054	953,0	2	1,8
K Atividades financeiras e de seguros	733	653,3	0	0,0
L Atividades imobiliárias	765	2349,1	0	0,0
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2772	1368,8	1	0,5
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	17620	-	7	-
O Administração Pública e Defesa; Segurança Social obrigatória	10870	3774,6	2	0,7
P Educação	2535	665,7	0	0,0
Q Atividades de saúde humana e apoio social	19714	4646,2	0	0,0
R Ativ. artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2498	4130,1	0	0,0
S Outras Atividades de serviços	2776	2565,2	0	0,0
T At. famíl. empreg. pess. doméstico e ativ. prod. famíl. p/ uso próprio	735	646,9	1	0,9
U Ativ. dos organ. internac. e outras instit. extraterritoriais	14	613,3	0	0,0
CAE IGNORADA	803	-	0	-

### 3.13 ACTIVIDADES ILEGAIS

Não foram detetadas atividades ilegais.

### 3.14 PRODUÇÃO FLORESTAL

As estimativas de produção para as áreas produtivas foram obtidas através de inventário florestal e posterior projeção dos volumes obtidos para o ano de corte com recurso a diversos modelos de crescimento. Em alguns NIF as estimativas foram reajustadas de acordo com os volumes efetivamente explorados.

Para o período em análise foram vendidos 4.476 m3 de madeira de pinheiro bravo certificados no Baldio do Outeiro e no NIF de Pinhel.

PRODUTOS VENDIDOS COMO CERTIFICADOS			
Produto	NIF	Quantidade	Unidade
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Pinhel	2.203	ton
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Outeiro	2.273	ton

A conservação, a valorização económica e a utilização sustentável de todos dos recursos naturais numa perspetiva de uso múltiplo da floresta e também de aumento da rentabilidade dos povoamentos florestais, é um objetivo transversal a todas as unidades de gestão que integram o *FA Certification Group*. Assim sendo, foram também comercializados para o período em análise, os seguintes produtos/serviços lenhosos e não lenhosos vendidos como não certificados:

# RELATÓRIO MONITORIZAÇÃO

PRODUTOS VENDIDOS COMO NÃO CERTIFICADOS			
Produto	NIF	Quantidade	Unidade
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Alegrete	537	ton
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Unhais	43	ton
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Vinhais	3745	ton
Madeira de <i>Pinus pinaster</i>	Famalicão	3000	m3
Cortiça	Fundão	1500	@
Carbono	Marvão	913	ton

## Informações da Empresa

Floresta Atlântica - SGFII, S.A.  
Rua Abranches Ferrão, 10, 7ºG, 1600-001 Lisboa  
N.º de tel. +351 210 937 948  
certificacao@floresta-atlantica.pt  
www.floresta-atlantica.pt

